

Nota à imprensa · Movimento Cívico Não ao Campo de Tiro · 15 de Julho de 2026

Peticionários levam ao Parlamento a oposição ao campo de tiro de Alter do Chão

Na Comissão de Defesa Nacional, deputados de vários grupos parlamentares reconheceram a solidez dos argumentos dos peticionários, e um deles admitiu não acreditar que o projecto venha a avançar. O Movimento sublinha que nada está decidido enquanto os estudos não forem feitos e o anúncio não for retirado.

A 9 de Julho de 2026, a Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República ouviu os peticionários da Petição Pública n.º 141/XVII/1.^a (PT130367), subscrita por cerca de dois mil e quinhentos cidadãos. A audição decorre da ultrapassagem do limiar legal de mil assinaturas, que obriga o Parlamento a ouvir quem peticiona.

Em representação dos subscritores, Francisco Vasconcelos apresentou à Comissão as razões da oposição: uma decisão de localização anunciada a 11 de Março, antes de qualquer estudo de impacte ambiental, económico ou social; a inexistência de terrenos do Estado na área, ao contrário do que foi afirmado publicamente; o principal ponto de entrada de gás natural por gasoduto do país a atravessar o perímetro; a sobreposição com uma das zonas de maior aptidão agrícola do país, com cerca de sessenta explorações e milhares de cabeças de gado em plena produção; a Rede Natura 2000 no raio de impacto; e a contradição do próprio Estado, que reforçou a protecção da zona poucas semanas antes de anunciar a sua ocupação militar.

A audição suscitou intervenções de deputados de vários grupos parlamentares. Pelo Chega, o deputado João Lopes Aleixo, eleito por Portalegre, disse ter acompanhado a contestação e voltou a questionar a escolha de Alter. A coordenadora dos trabalhos, deputada do Livre, fez também a sua intervenção. Do lado do PSD, foi manifestada confiança em que o processo será conduzido pelas entidades competentes. E o deputado Luís Moreira Testa (PS), também eleito por Portalegre, classificou a apresentação dos peticionários como “fundamentada, realística”, afirmou que aqueles terrenos “são do melhor que existe a nível nacional”, alertou para o conflito da instalação com a expansão do Aeródromo de Ponte de Sor, onde se localizam o maior fabricante de drones e a maior escola de pilotos do país, e declarou ter “a absoluta sensação de que jamais haverá campo de tiro em Alter do Chão”.

O Movimento Cívico Não ao Campo de Tiro é apartidário e regista com apreço a atenção de deputados de diferentes quadrantes. Mas sublinha que nem uma impressão política nem a confiança de uns ou de outros substituem os estudos que a lei exige. Enquanto o anúncio de Alter do Chão não for formalmente retirado, e enquanto não forem feitos e divulgados esses estudos, a ameaça mantém-se e a incerteza continua a prejudicar a região, a travar investimento e a fixação de pessoas. O Movimento continua a pedir o mesmo, e apenas isso: que se estude primeiro, se comparem as alternativas e se ouçam as populações, antes de qualquer decisão.

A petição segue o seu curso parlamentar. Com cerca de dois mil e quinhentos subscritores, aproxima-se do limiar a partir do qual a lei obriga a um debate na comissão parlamentar competente. O Movimento apela a todos os cidadãos que ainda não o fizeram para que subscrevam a petição, empurrando-a além desse patamar, e agradece a quem, no território e fora dele, tem tornado esta voz possível.

Vídeo integral da audição: ARTV | Canal Parlamento, em <https://canal.parlamento.pt/cid/9837/audicao-de->

peticionarios

Movimento Cívico Não ao Campo de Tiro · Petição n.º 141/XVII/1.^a (PT130367)
geral@naoaocampodetiro.pt · naoaocampodetiro.pt